



**Requerimento de Comissão**  
REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_  
**712/2021**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Mulheres, nos termos dos art. 48 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, no dia 23/07/2021, às 10:00, no Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de debater sobre a data do 25 de julho que marca o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

*“Toda Mulher Negra brasileira é  
uma fortaleza (...) todas essas  
mulheres são Tereza de Benguela –  
bravas líderes da revolução cotidiana.”*

*Jarid Arraes.*

A data 25 de julho teve origem durante o 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas realizado em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1992. Este encontro foi possível a partir da construção e mobilização de mulheres negras vinculadas a várias organizações. A partir desse encontro, nasceu a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-Caribenhas que juntamente com a Organização das nações Unidas (ONU) lutaram para o reconhecimento do dia 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha.

Com isso, ao longo dos anos, a data vem se consolidando no calendário de luta do movimento negro e tem resgatado a luta e a resistência das mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais, com a reflexão e fortalecimento das organizações direcionadas às mulheres negras e suas diversas lutas.

No Brasil, a data foi instituída através da Lei 12.987, denominando o 25 de julho como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Uma homenagem á uma das principais lideranças femininas na luta contra a escravização no Brasil, símbolo de

Protocolizado conforme  
Portaria nº 18.884/20  
Data: 01/07/21  
13:43:02



resistência e representatividade, possibilitando um resgate da história da mulher negra brasileira.

Tereza de Benguela, foi uma liderança do Quilombo de Quariterê no séc.18, afrontando destemidamente a Coroa Portuguesa até meados de 1770, quando morreu após ser capturada por soldados em um ataque surpresa ao Quilombo que culminou o extermínio do Quilombo com a prisão de todos os quilombolas e destruição das moradias e plantações. O lugar abrigava mais de 100 pessoas, com aproximadamente 79 negros e 30 indígenas. Rainha Tereza, como ficou conhecida, comandava o quilombo com uma estrutura semelhante a um parlamento, com a participação dos seus “deputados” e “senadores” em dias específicos da semana, desenvolvendo um mecanismo revolucionário de administração, defesa e segurança que fez do Quilombo Quariterê um lugar próspero e uma verdadeira sociedade.

. Neste ano de 2021, a data traz à tona a luta da mulher contra o feminicídio, as reformas que destroem os direitos do povo brasileiro, principalmente, das mulheres negras e por reparações à comunidade negra.

Neste sentido, sabe-se que a pauta de mulher na política vem crescendo no país. De acordo com o site do TSE, Foram eleitas, no ano de 2020, 651 prefeitas (12,1%), contra 4.750 prefeitos (87,9%). Já para as câmaras municipais, foram 9.196 vereadoras eleitas (16%), contra 48.265 vereadores (84%). O presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, reforçou que, nas Eleições 2020, houve um aumento no número total de mulheres eleitas no primeiro turno, com mais de 50% de candidatas ao cargo de prefeito e vice-prefeito no segundo turno. No entanto, o ministro destacou que: *“Mas também tivemos um aumento nos ataques físicos ou morais a mulheres candidatas. Esse tipo de agressão a mulheres é pior que machismo, é covardia. Precisamos de mais mulheres na política e, portanto, precisamos enfrentar essa cultura do atraso, da discriminação, do preconceito e da desqualificação”*.

O aumento do percentual de mulheres eleitas nas eleições de 2020 é o resultado de anos de discussão e mobilização política dos movimentos e organizações de equidade de gênero, superação do racismo, preconceito e discriminação. Com isso, tem-se ampliado o número de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ nos espaços públicos do poder legislativo.



Entretanto, o momento político vivenciado atualmente tem sido de intolerância e disseminação de discursos de ódio que tem vulnerabilizado o sentimento de segurança destas parlamentares para o exercício de suas funções. Mulheres negras e pessoas trans e travestis são vítimas de violência política desde que se colocam a disposição para ocupar cargos de tomada de decisão. Segundo a pesquisa "Violência Política contra Mulheres Negras", realizada durante as eleições com 142 mulheres negras que assinaram a Agenda Marielle, 98,5% das candidatas sofreu algum dos 8 tipos de violência política mapeados.

A pesquisa, realizada pelo Instituto Marielle Franco com apoio da Justiça Global e da Terra de Direitos, apontou também que a maior parte das candidatas não receberam nenhum apoio para denunciar e não vieram resultado nas denúncias. O caso dessas mulheres mostra que, se já era arriscado quando eram candidatas, agora que estão eleitas as mulheres negras estão em uma situação ainda mais insegura.

Há relatos constantes de enfrentamento de uma onda de racismo, preconceitos e violência verbais e até física diuturnamente por parte das parlamentares. Nas últimas eleições, o Brasil elegeu 28 vereadoras trans. São mulheres que tiveram votações expressivas nas urnas, mas que também enfrentam uma rotina de preconceito, intolerância e violência. Todas relataram ter sofrido algum tipo de ameaça, inclusive a vereadora Duda Salabert que integra esta casa Legislativa e sua família, e de acordo com informações do Instituto Marielle Franco uma parlamentar precisou deixar o país. Como bem disse a vereadora de Niterói Benny Briolly (PSOL) *"A política de ódio não vencerá e o Estado precisa garantir a integridade da vida e da atuação parlamentar de uma vereadora eleita"*.

E neste contexto, há a urgente necessidade de discutir e construir mecanismos que visem prevenir e combater a violência política às mulheres negras e mulheres trans. A mulher negra sempre foi alvo de diversas violências.

Após o episódio de assédio e importunação sexual sofrida da deputada estadual Isa Penna na Assembleia Legislativa de São Paulo pelo deputado Fernando Cury, foi votado e aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 349/2015, que dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitoral contra a mulher.

Tal Projeto inovou conceitos, entendimento, criminalização de pessoas físicas e responsabilização de pessoas jurídicas. O objetivo do texto de Lei é prevenir, sancionar e combater a violência política contra mulheres nos espaços de atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas. Por tanto, traz a proposta



do conceito de violência política contra a mulher como sendo toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher e qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício dos seus direitos e das suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo. A intenção é incluir dispositivos no Código Eleitoral, com a proibição de propaganda que deprecie a condição da mulher ou estimule a sua discriminação em razão de gênero, cor, raça ou etnia.

A responsabilização se dará também aos partidos políticos, com proposta de ajuste na Lei nº 9.096/1995, ao incluir nos conteúdos obrigatórios do estatuto partidário a prevenção, o seccionamento e o combate à violência política contra a mulher.

É um avanço na garantia de proteção e segurança das parlamentares mulheres, principalmente as mulheres negras, trans e travestis, uma vez que são as maiores vítimas de violência decorrente do racismo estrutural, preconceito e discriminação em seus cotidianos de vida e isso se demonstra de maneira a florada dentro da política. Importante registrar que Marielle é uma vítima da violência política.

Sugerimos sejam convidadas:

**Convidadas:**

1. Vereadora de Niterói/Psol - Benny Briolly  
E-mail: [mandatabenny@gmail.com](mailto:mandatabenny@gmail.com)
2. Deputada Estadual Andrea de Jesus –  
E-mail: [eliane.dias@gabinetona.org](mailto:eliane.dias@gabinetona.org)
3. Vereadora de Uberlândia/PT Dandara Tonantzin  
E-mail: [todandara@camaraurbelandia.mg.gov.br](mailto:todandara@camaraurbelandia.mg.gov.br)
4. Vereadora Contagem/PT - Moara Saboia –  
E-mail: [moarasaboia@cmc.mg.gov.br](mailto:moarasaboia@cmc.mg.gov.br)
5. Vereadora Gov. Valadares/PT Gilsa Santos  
E-mail: [assessoriaagilsasantos@gmail.com](mailto:assessoriaagilsasantos@gmail.com)
6. Vereadora de São Paulo/Psol Carolina Iara –  
E-mail: [carolinaiaradeoliveira@gmail.com](mailto:carolinaiaradeoliveira@gmail.com)



7. Vereadora de Caratinga/PT Giuliane Quintino -  
E-mail: giulianevereadora@cmcaratinga.mg.gov.br

Belo Horizonte, 01 de julho de 2021

Vereadora Iza Lourença

Vereadora Macaé Evaristo

Vereadora Bella Gonçalves

À Senhora  
Vereadora Flávia Borja  
Presidente da Comissão de Mulheres

<b>PROPOSIÇÃO INICIAL</b>
Avulsos distribuidos
Em <u>01/07/21</u>
<u>Amanda 623</u>
Responsável pela distribuição